



DECISÃO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.146/2024

Processo de Recurso digital nº 46.996/2024, referente ao Processo Licitatório nº 22.959/2024, **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na realização de eventos recreativos e de lazer, contemplando brinquedos infláveis, tendas, pintura artística facial, distribuição de pipoca e algodão doce, com equipe de transporte e monitoria, pelo período de 01 (um) ano (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 085 de 10 de janeiro de 2025, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 18 de dezembro de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para os Itens 01, 02, 03, 05, 15, 16 e 17, **PULE BRINQUE LTDA**., denominadas Recorridas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.146/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.



Comissão de Pregão III

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega (I) que a empresa vencedora não obtém objeto social compatível para os itens 02 e 03; (II) apresentou contrato social sem sua respectiva consolidação; (III) ...não conseguiu comprovar seu patrimônio líquido; (IV) apresentou Atestado de Capacidade Técnica sem lograr êxito em demonstrar a execução de serviços com o mesmo grau complexidade tecnológica, operacional e quantidade.

III. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que (I) não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame. As atividades desempenhadas pelas empresas licitantes, entretanto, devem guardar uma relação de pertinência com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital; (II) é impossível sustentar a narrativa apresentada pela recorrente de que a recorrida teria deixado de apresentar o contrato social com a devida consolidação, visto que não se trata de ato de alteração contratual e sim de transformação de MEI para ME; (III) O próprio edital seria suficiente para esclarecer qualquer dúvida sobre a argumentação da recorrente, que alega que a recorrida não possui o capital social ou patrimônio líquido, para atender as exigências editalícias, uma vez que o que realmente importa são as parcelas pertinentes, ou seja, os itens ganhos; (IV) o referido atestado atende plenamente a todos os requisitos legais de validade, incluindo: a objetividade na prestação dos serviços, a descrição detalhada tanto do prestador quanto do receptor dos serviços, e a demonstração do cumprimento adequado das obrigações nos serviços prestados de maneira impecável.



IV. DA ANÁLISE DO PREGOEIRO

Inicialmente, cumpre informar que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório estão em perfeita consonância com a legislação vigente, tendo sido observada a submissão aos princípios que norteiam a Administração Pública, em especial aos princípios da igualdade e da vinculação ao edital, sob o qual o art. 5º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispõe:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Neste contexto, é dever supremo da Administração Pública o cumprimento das regras estabelecidas no edital.

Quanto ao mérito, em análise aos pontos percorridos na peça recursal, de acordo com a legislação pertinente e com os entendimentos doutrinários e jurisprudenciais correlatos, expõem-se abaixo as medidas adotadas e as ponderações formuladas que fundamentam a decisão final.

Desta forma, passamos a análise onde, restou a alegação que a empresa classificada não possui o objeto social compatível referente aos itens 02 e 03 (distribuição de pipoca e algodão doce), após análise dos atos constitutivos da empresa, constatou-se que o objeto social da



Comissão de Pregão III
empresa abrangia a prestação de serviços recreativos, incluindo distribuição de alimentos em eventos, cumprindo, portanto, os requisitos estabelecidos no edital. A redação do objeto social da empresa não especifica diretamente "distribuição de pipoca e algodão doce". Contudo, se essa atividade for considerada parte integrante dos serviços recreativos e correlatos descritos no objeto social, a exigência do edital estaria atendida.

A recorrida alega ainda, que a empresa apresentou seu contrato social sem sua respectiva consolidação, a consolidação do contrato social não é exigida de forma expressa. O que é necessário é que os atos constitutivos apresentem informações claras sobre o objeto social, capital social, e a regularidade jurídica da empresa. A consolidação de um contrato social ocorre para reunir, em um único documento, todas as alterações realizadas desde a sua constituição, a ausência de consolidação não invalida o contrato social desde que todas as alterações estejam devidamente registradas e autenticadas na Junta Comercial, o importante é que os documentos fornecidos sejam suficientes para comprovar os requisitos do edital e da legislação.

Quanto a empresa PULE BRINQUE LTDA não conseguir apresentar comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, o item 18.4 do edital estabelece que os licitantes devem comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor total estimado da contratação, ou 10% do valor estimado da parcela pertinente, correspondente aos itens adjudicados à empresa licitante.

Esse critério está alinhado ao disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, que permite a utilização de um critério proporcional ao objeto adjudicado, principalmente em licitações com adjudicação por item, como é o caso do presente certame.

No caso em análise, os itens adjudicados à empresa PULE BRINQUE LTDA totalizam R\$ 108.360,36 (cento e oito mil, trezentos e sessenta reais e trinta e seis centavos), conforme os valores constantes da proposta vencedora. Assim, a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo, com base no edital, corresponde a 10% de R\$ 108.360,36, ou seja, R\$ 10.836,03.

A empresa PULE BRINQUE LTDA apresentou em seu contrato social um capital social de R\$ 30.000,00, devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de



Comissão de Pregão III
Janeiro. Este valor é mais do que suficiente para atender ao requisito proporcional exigido no edital, considerando os itens adjudicados.

A recorrente alega que a comprovação deveria ser baseada no valor total estimado da contratação, que é de R\$ 629.343,36, o que demandaria um capital social ou patrimônio líquido mínimo de R\$ 62.934,33.

Contudo, essa interpretação contraria o disposto no próprio edital, que, no item 18.4, permite que a exigência seja calculada com base no valor da parcela pertinente, ou seja, os itens vencidos pela empresa licitante.

A jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça que, em licitações com adjudicação por item, a exigência de capital social ou patrimônio líquido deve ser proporcional ao valor dos itens adjudicados.

O Acórdão 705/2008-Plenário do TCU determina que quando a adjudicação ocorre por item, a exigência de capital mínimo deve observar o valor estimado de cada item e não o valor global da licitação. Exigir o capital baseado no valor total da contratação contraria o princípio da proporcionalidade e compromete a competitividade.

Esse entendimento tem como objetivo preservar o caráter competitivo das licitações, evitando a exclusão de licitantes aptos a cumprir os contratos relativos aos itens vencidos.

Diante do exposto, verifica-se que a PULE BRINQUE LTDA comprovou possuir capital social de R\$ 30.000,00, valor que supera o mínimo exigido para os itens adjudicados, assim atendeu plenamente às exigências do edital e do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, quanto o atestado de capacidade técnica não possuir nenhuma informação relevante que de fato quais foram os serviços prestados, após minuciosa análise, verificamos que



Comissão de Pregão III

a referida exigência encontra fundamento no art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que determina que a habilitação técnica deve ser comprovada por documentos que demonstrem a aptidão do licitante para o desempenho do objeto contratual, o edital exige que os atestados apresentados sejam claros e detalhados, demonstrando a experiência do licitante na execução de serviços de mesma natureza, especificando características como complexidade, quantidade e qualidade dos serviços realizados. o atestado apresentado não atende aos requisitos legais.

Desta forma, o atestado de capacidade técnica apresentado, descreve de maneira objetiva a prestação de serviços, com detalhes sobre prestador e receptor, além de comprovar que as obrigações foram cumpridas corretamente.

A licitação visa à escolha da proposta mais vantajosa para a administração pública, e não pode ser prejudicada por formalismos excessivos, o atestado apresentado cumpre todos os requisitos legais, sendo objetivo e detalhado quanto aos serviços prestados, tanto em relação ao prestador quanto ao receptor dos serviços, estando baseado nos princípios jurídicos da razoabilidade, proporcionalidade e supremacia do interesse público, com respaldo em decisões do TCU e jurisprudência relacionada ao excessivo formalismo em licitações.

V. DA ANÁLISE JURÍDICA

Instada a se manifestar a Procuradoria Geral Municipal, exarou parecer jurídico, parte integrante desta decisão, independente de transcrição, onde de forma sucinta concluiu que: (i) “... de acordo com o item 19, que trata da qualificação técnica, os licitantes devem comprovar aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente”, (II) a consolidação de um contrato social ocorre para reunir, em um único documento, todas as alterações realizadas desde a sua constituição, e a ausência de consolidação não invalida o contrato social desde que todas as alterações estejam devidamente registradas e autenticadas na Junta Comercial...”, (III) ... *restou cumprida a exigência contida no subitem 18.4...*, (IV) Conclui-se, assim, que não é



Comissão de Pregão III
possível exigir que as licitantes apresentem atestados que expressamente prevejam a execução do objeto idêntico ao ora licitado.

VI. DA ANÁLISE TÉCNICA

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, o decisor adota integralmente as razões expostas em um parecer prévio, sem necessidade de repetir ou detalhar novamente as

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do presente Recurso interposto pela empresa **WL EMPREENDIMENTOS CO LTDA**, no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.146/2024, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, mantendo o julgamento anteriormente proferido.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 90.047/2024.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente

Nova Friburgo, 27 de janeiro 2025.

FERNANDA MEDEIROS RODRIGUES
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 468.036